

Editorial

“Põe-se, porventura, a candeia debaixo do alqueire ou debaixo da cama?” (S. Marcos, 4, 21). Com efeito, se se pode admitir que “nada há oculto que não venha à luz”, também é conveniente que tudo o que *tenha luz própria* resplandeça o mais depressa e se dê a conhecer.

Aplicando o discurso da parábola à decisão de publicar mais uma *Revista* científica, significa, no caso vertente, que constitui objectivo principal do «Centro de História da Sociedade e da Cultura» (C.H.S.C.), com sede na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, exprimir melhor a sua existência e divulgar (com *uma imagem de marca*) a sua actividade, que se pretende forte e susceptível de interessar não só aos especialistas, mas ao público em geral.

(Re)criado em 1994 (sob o «Projecto 311»), este Centro conta actualmente 27 investigadores (na totalidade docentes no activo ou jubilados na referida Faculdade), tem a aconselhá-lo permanentemente 5 prestigiados historiadores (3 portugueses, um espanhol e um francês) e é exclusivamente financiado através da «Fundação para a Ciência e a Tecnologia» (F.C.T.). Sujeito a avaliação externa em 1996 e 1999, em ambas as vezes obteve a classificação de «very good».

Do seu último *Relatório de Actividades*, referente ao ano de 2000, poderá destacar-se: a organização e participação dos seus membros em vários Colóquios, Congressos e outras reuniões científicas, realizados quer em Portugal (63) quer no Estangeiro (18); e a publicação de estudos, de natureza vária, com relevo para a apresentação de duas dissertações de Doutoramento e a edição de uma terceira, bem como a colaboração em

obras colectivas, com a redacção de 41 capítulos de livros, 28 artigos em publicações internacionais e 7 em nacionais.

Da produção científica do C.H.S.C. transparece que são, fundamentalmente, o diálogo *sociedade rural-sociedade urbana* e os objectos e os métodos específicos da *história sócio-política e da história sócio-cultural*, com o suporte *da divulgação e do estudo das respectivas fontes*, que estruturam, ao nível da investigação, o Projecto 311. Porém, este fundo programático não oblitera, antes exige, a realização de outros projectos transversais, como é o caso de um, em fase de arranque, orientado para o estudo transdisciplinar da «Região Centro» de Portugal. E tocamos, quase espontaneamente, num ponto nevrálgico da política e da atitude científicas – a utilidade do respectivo conhecimento.

É, efectivamente, convicção geral dos membros do C.H.S.C. que a investigação científica tem repercussões significativas no crescimento económico e no desenvolvimento social e que os estudos para os estimular só serão profícuos se se apresentarem sob a forma de unidades de várias multiplicidades relacionais e de textura temporal longa ou longuíssima (ou seja, as conjunturas e as estruturas), porque são elas que nos permitem abarcar o presente e projectar, com fundamentos, o futuro. Tal não significa, porém, que se minimize a importância dos acontecimentos e dos seus ritmos mais acelerados.

Como historiadores portugueses que são, fazendo jus portanto a uma antiquíssima vocação universalista, os investigadores do C.H.S.C. querem, obviamente, que o seu contributo científico concorra para a *construção* incessantemente reclamada da Nação portuguesa, mas no quadro de um humanismo sem fronteiras ou universalista. Enfim, perfilham a maior parte dos princípios expressos na *Declaração sobre a Ciência e utilização do Conhecimento Científico*, adoptados pela Conferência Mundial realizada a 1 de Julho de 1999, de que se podem destacar: o reconhecimento de que a ciência se tornou num factor crucial na produção da riqueza e de que deve constituir um bem que beneficie todos os povos numa base de solidariedade; a convicção de que a investigação científica e as

suas aplicações podem ter, como se disse, repercursões significativas no crescimento económico e no desenvolvimento humano sustentável, incluindo o combate à pobreza e à exclusão social; o incremento dos contributos interdisciplinares, envolvendo quer as ciências naturais quer as humanas e sociais; a confirmação de que a educação científica é essencial para o desenvolvimento humano; a necessidade de reforçar a investigação no ensino superior e nos programas de pós-graduação, tendo em conta as prioridades nacionais.

Ser historiador em Portugal, hoje, não será precisamente o mesmo quando o Prof. Doutor António de Oliveira, notável investigador do C.H.S.C., iniciou o seu *ofício* há alguns anos. Da evolução que verificou e experimentou nos dá testemunho o prestigiado Mestre e Amigo, neste primeiro número da presente Revista e que, por isso mesmo, lhe é dedicado e é excepcional, até na sua dimensão. Saúdam-no quer os investigadores pertencentes a este Centro, quer os eméritos titulares da «Comissão de Aconselhamento», com votos expressos de que continue a colaborar (como, aliás, sempre fez) com este Centro de que foi distinto Director. Por longos anos!

O Coordenador Científico do C.H.S.C.

João Marinho dos Santos

Páscoa de 2001